

Práticas Processuais: Direito Civil

Curso de Formação Contínua

Objetivo: A criação do curso procura dar resposta à necessidade de complementar a formação académica dos participantes com as noções elementares da prática forense na área do Direito Civil.

Pretende-se facultar aos estudantes um mecanismo de enriquecimento extra-curricular das suas competências, antecipando alguns dos conhecimentos a adquirir no exercício das diversas profissões jurídicas.

Destinatários: Estudantes finalistas (4.º ano) do 1.º Ciclo de Estudos (Licenciatura) e Estudantes do 2.º Ciclo de Estudos (Mestrado).

Coordenação: A criação do Curso inscreve-se no quadro de um Protocolo de Colaboração previamente celebrado entre a Faculdade de Direito e a Sociedade de Advogados F. Castelo Branco & Associados [FCB&A].

A Coordenação Científica do Curso fica a cargo do Senhor Professor Doutor Paulo de Tarso Domingues, sendo a docência assegurada pela Senhora Dr.ª Susana Proença.

Numerus clausus: A dinâmica das sessões, de carácter eminentemente prático, impõe a necessidade de fixação de um número máximo de 40 vagas.

Número mínimo de inscrições: 25

Duração: 33 horas de formação presencial, repartidas por 11 sessões de 3 horas/cada.

Calendarização das sessões: 13, 15, 20, 22, 27 e 29 de maio, 2, 4, 9, 12 e 16 de junho de 2014

Horário: 17h30 às 20h30

Créditos: 3,5 ECTS

Propina: 100 €

Início do Curso: 13 de maio de 2014

Prazo para inscrições: até ao dia **12 de maio de 2014**

Inscrições: As inscrições terão lugar até ao dia **12 de maio de 2014, presencialmente, na Tesouraria**, durante o horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 12h30 e das 13h30 às 16h00) ou via eletrónica para claudia.garcia@direito.up.pt . Para o efeito, deverão os interessados entregar a ficha de inscrição devidamente preenchida e proceder ao pagamento da propina na Tesouraria ou enviar para o endereço eletrónico indicado a respetiva ficha de inscrição e comprovativo de pagamento.

As vagas serão preenchidas por ordem de inscrição dos candidatos.

Programa (súmula):

- Generalidades
- Petição inicial
- Defesa
- Reconvenção. Réplica. Articulados Supervenientes.
- Simulação de julgamento
- Alegações
- Recursos
- Direito da Família
- Inventários, partilhas e impostos
- O CIRE

Metodologia de ensino: O presente curso está estruturado em módulos temáticos, integrando sessões essencialmente práticas, de discussão e aplicação dos conhecimentos adquiridos na formação curricular, com recurso a exemplos retirados de processos judiciais (*case studies*). A exposição será complementada com elaboração de peças processuais, assistência a atos judiciais e simulação de julgamentos.

Avaliação: A avaliação de conhecimentos combina a avaliação contínua, atendendo à participação e colaboração activas na dinâmica das sessões, com a realização de pequenos trabalhos individuais (v.g., a elaboração de uma peça processual) e apresentações orais.

Os estudantes que **frequentarem o curso com assiduidade** (presença, no mínimo, em 75% do total das sessões leccionadas) **obterão um certificado de frequência**. Aqueles que frequentarem o curso com assiduidade e aprovação na avaliação de conhecimentos obterão um certificado com a respetiva classificação.

Informações:

Serviços Académicos
Secção de Formação Contínua, Pós-graduação, Mestrados e Doutoramentos
Faculdade de Direito da Universidade do Porto
Rua dos Bragas, 223 4050-123 PORTO

Atendimento telefónico: 2^a, 4^a e 6^a das 10:00 às 12:00

Atendimento presencial: 2^a a 6^a das 10:00 às 15:30, 4^a e 6^a das 17:00 às 19:00

Tel.: 22 204 16 00 00 Fax: 22 204 16 14

E-mail: claudia.garcia@direito.up.pt

ANEXO

PROGRAMA (Detalhado)

1ª Sessão

– Generalidades

Introdução. Generalidades.

A assessoria jurídica e o contencioso.

Pedido de elaboração e emissão de pareceres.

Reuniões com clientes e colegas. Simulações.

Negociações. Simulações.

Contagem de prazos com apresentação de casos reais e solicitação aos alunos para efetuarem contagens.

Taxa de justiça inicial; outros aspetos práticos.

O citius.

Problemas mais frequentes: falta de assinatura na petição; falta de envio da taxa; decurso de um prazo processual; erro na identificação do processo.

2ª Sessão

– Petição inicial

Petição inicial – aspetos formais; procuração forense e substabelecimento; valor da ação; outros aspetos.

Como construir uma petição inicial.

Entrega de dados de facto e solicitação aos alunos para, a partir desses factos, elaborarem uma petição inicial.

Entrega de minutas.

3ª Sessão

– Defesa

Como construir uma contestação.

Prazos; defesa por exceção/impugnação; ónus de impugnação especificada; aspetos práticos – entrega em tribunal; taxa de justiça; junção de documentos; rol de testemunhas.

Solicitação aos alunos para fazer contestação.

4ª Sessão

– Reconvenção. Réplica. Articulados Supervenientes.

Da Gestão Inicial do Processo e da audiência prévia. Despacho saneador. Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas da prova. Instrução – prova

Breves referências à análise do despacho saneador e atitudes a tomar. Oferecimento da prova.

Prova por documentos; momento da apresentação; multa; junção de pareceres; documentos em poder da parte contrária; impugnação da genuinidade e da força probatória de documentos. Apresentação de exemplos concretos, com peças reais.

Prova por Confissão e por Declarações de Parte. Declarações de parte e Depoimento de parte.

Prova pericial – exemplos.

Prova testemunhal; lugar e momento da inquirição; número de testemunhas; mecânica da inquirição; depoimento escrito, contradita; acareação.

Preparação de simulação do julgamento, com explicação do modo de o realizar e apuramento das “equipas” que vão operar.

5ª Sessão

– Simulação de julgamento

Simulação de julgamento.

Todos os intervenientes – Mandatários, Juízes, testemunhas -serão alunos, previamente escolhidos, aos quais será dada toda a informação necessária para o efeito.

6ª Sessão

– Simulação de julgamento (continuação)

7ª Sessão

– Alegações.

Formalidades, elaboração e apresentação de alegações orais e escritas.

8ª Sessão

– Recursos.

Generalidades sobre recursos.

Elaboração de requerimentos de interposição de recurso e das respetivas alegações.

9ª Sessão

– Direito da Família

O.T.M. – Organização Tutelar de Menores – regulação das responsabilidades parentais, alimentos e alteração de alimentos. Divórcios – Por mútuo consentimento E sem Consentimento do outro cônjuge. Seus procedimentos nos Tribunais e nas Conservatórias.

Vertente prática

10ª Sessão

– Inventários, partilhas e impostos

As especificidades do processo civil nestas matérias e aspetos práticos.

11ª Sessão

O CIRE

Os aspetos mais relevantes do Código da Insolvência e recuperação da empresa.